
terra roxa

e outras terras

Revista de Estudos Literários

LATINO-AMERICANISMO E ORIENTALISMO:
ROBERTO SCHWARZ, SILVIANO SANTIAGO
E EDWARD SAID

Renata Telles
(UFSC)

RESUMO: O objetivo deste ensaio é estudar algumas diferenças e semelhanças no pensamento de três críticos distintos, a partir de um ponto comum que inquieta a todos: a relação cultural entre a metrópole ocidental e seu outro, o oriente, seja ele o Brasil ou a Palestina. Atravessados pela questão da identidade e da resistência em regiões não-metropolitanas, Roberto Schwarz, Silviano Santiago e Edward Said, ensaiam alternativas distintas para o problema, mais do que nunca contemporâneo: no presente da globalização e do império, como não reproduzir o discurso hegemônico ao trabalhar com categorias como pluralismo, hibridismo e desierarquização?.

PALAVRAS-CHAVE: Crítica Literária; Pós-colonialismo.

Como lidar com o peso da colonização? Como ocupar a posição de herdeiro? Como ler a ficção, articular a teoria, e manter uma consciência crítica sobre a própria posição? A inquietude ocupa o pensamento de Roberto Schwarz, Silviano Santiago e Edward Said como um chamado à responsabilidade, um drama constitutivo, que interpela latino-americanos e orientais. Se a situação de “ex”-colônia define um lugar de onde se fala e coloca questões comuns, as diferenças também são visíveis. Como o problema da identidade e da resistência atravessa a obra dos três críticos, e seria necessário uma tese para abrangê-las, o meu interesse aqui é tentar fazer uma leitura contrapontual, a partir dos poucos textos selecionados, das suas condições de produção e de suas experiências pessoais. Ditadura militar. Dominação estrangeira. Guerra de libertação. Deslocamentos. Viagens. Estudos no exterior. Emigração. Exílios. Marcas profundas na formação dos três críticos literários que perseguem, por caminhos diversos, a questão da identidade nacional.

Roberto Schwarz chega ao Brasil pouco tempo depois de nascer na Áustria, mas só descobre o país, numa experiência decisiva, “uma revelação”, ao ingressar na universidade.

Eu entrei na faculdade, em 1957, para estudar ciências sociais. Foi um banho de Brasil. Os colegas do interior, de todas as classes, com toda a ordem de preocupações – tudo isso foi para mim uma revelação. Eu sou de família austríaca, judia, de esquerda, que chegou ao Brasil um pouquinho antes de começar a Segunda Guerra. Eu não tinha ainda um ano de idade. Como é natural, uma família assim, como a minha, costuma ser bastante isolada das realidades do país. Eu fiz o secundário numa escola de classe média, em que a ambição geral era ter pouco a ver com os aspectos mais especiais da sociedade brasileira. Por essas razões todas, a faculdade foi para mim uma entrada mais regular no Brasil, em parte também pela presença maior da política, do engajamento político de muitos colegas. (Schwarz 1997: 5)

Depois de descobrir o país para o qual tinha emigrado, Roberto Schwarz, seguindo o conselho de Antonio Candido, decide fazer a pós-graduação em teoria literária e literatura comparada no “estrangeiro”, mais precisamente em Yale, Estados Unidos. O impacto do novo lugar também é grande: condições perfeitas - “A nostalgia de qualquer intelectual latino-americano só pode ser passar uma temporada naquelas bibliotecas sem ter a preocupação de dar aulas” -; ritmo de trabalho alucinante - “Era duro e eu senti, na época, como uma brutalização intolerável, que neurotiza qualquer um. ... Saí do Brasil achando que era um intelectual e estava fazendo ‘papers’ a toque de caixa.”; estudos decisivos:

A coisa mais interessante talvez tenham sido os chamados “American Studies”, nos quais se estudava uma mistura de textos de teologia puritana, os primeiros romances, história social dos Estados Unidos, tudo isso integrado ao problema da formação da nacionalidade e da cultura norte-americana. Era uma coisa de muito bom nível e de pouco prestígio intelectual. Este era reservado às disciplinas de assunto europeu, o que dava a medida de como os EUA ainda se sentiam uma cultura até certo ponto secundária. O prestígio máximo era dos estudos clássicos, de grego e latim. (Schwarz 1997: 6)

A procura por um “movimento que nos singulariza” leva então Roberto Schwarz, na década de 70, à caracterização de “As idéias fora de lugar”. Graduado em ciências sociais, leitor de *Casa Grande e Senzala, Raízes do Brasil* e *Formação do Brasil Contemporâneo*, o crítico parte do que chama de “lugar-comum em nossa historiografia” para estudar os “efeitos” desse quadro, ou seja, da “disparidade” entre idéias européias e sociedade brasileira, ou ainda, de uma “composição arlequinal” assim definida: “o desacordo entre a representação e o que, pensando bem, sabemos ser o seu contexto.” (Schwarz 1977: 21) Para além da constatação do processo de formação que nos singulariza, “no Brasil as idéias européias estavam fora de centro, em relação ao seu uso europeu”, o crítico literário busca conseqüências para a história da cultura.

A formação da sociedade brasileira sobre antagonismos, nas palavras de Gilberto Freyre. A sensação de desterro na própria terra, a certeza de que o nosso trabalho sempre parece participar de outro sistema, na leitura de Sérgio Buarque de Holanda. Sensações que, na explicação de Caio Prado Jr, são o resultado do sentido da colonização, uma vasta empresa comercial com objetivo externo, voltada para fora do país. Inserido nessa tradição, Schwarz percebe a disparidade entre ideologia liberal e infra-estrutura escravocrata, idéias enviesadas e, ao mesmo tempo, nossas, como “resultado histórico” que “pode ser origem artística”.

De acordo com o subtítulo de seu livro, forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro, Schwarz analisa os romances de José de Alencar e Machado de Assis para detectar na forma literária a resposta ao processo social. Trata-se, em suma, de localizar um início, encontrar a originalidade nacional na literatura que responda ao desajuste, característico e constituinte, na forma e não, no conteúdo. Embora na mesma linha sociológica e dialética de seu mestre, Schwarz desloca, em sua análise, o ponto inicial do sistema literário, localizado por Candido no arcadismo e na independência, para a forma literária, encontrada nos romances de Machado, no império e na república. Dessa maneira, Schwarz descarta a “fatalidade periférica”, formas prontas, adaptadas ao conteúdo, e valoriza a literatura que, ao invés de adequar o local a formas preexistentes, apreende a forma social, ou a própria fatalidade, essa sim pré-formada, na literária.

Silviano Santiago nasce em Formiga, no interior de Minas Gerais, e cresce com o olho no mundo, visto no cinema e nos gibis – “Então eu tive, apesar de estar numa cidade perdida no mundo, sem querer, uma formação cosmopolita.” Interesse que continua quando se muda para a capital, para depois ser abandonado em favor da literatura, a francesa em particular – “E essa opção foi muito pragmática porque era o meu desejo de sair do Brasil”. A formação em literatura metropolitana faz com que a mudança para Paris, em

função do doutorado, não cause grande impacto – “quando eu chego a Paris, sem querer ser esnobe, eu devo dizer que não levei susto nenhum, quer dizer, eu passava pelas bibliotecas, pelas livrarias, etc., e tava tudo mais ou menos conhecido.” O mesmo acontece quando se torna professor nos Estados Unidos, “a não ser pela alta qualidade das bibliotecas”. Mesmo sem causar grande impacto, o período americano é decisivo, pelo contato direto não só com Foucault, Kristeva e Derrida, mas com os grupos minoritários – “Então eu me senti bem naquela construção de uma nova universidade, de uma nova maneira de pensar, de receber grupos que eram hostilizados, grupos que eram marginalizados.” Experiência que determina uma atuação política particular – “E o meu ativismo, se houve algum, foi mais nessa direção. Foi menos na direção partidária, político-partidária, e mais na direção comportamental” (Santiago 2002: 1).

Na mesma época em que Schwarz pensa o lugar das idéias, Silviano Santiago busca, na subversão de valores, “O entre-lugar do discurso latino-americano”. Publicado em livro pela primeira vez em 1971, o autor afirma, em ensaio posterior, que o ensaio foi escrito em 1969 (Santiago 1982: 18). Sem querer entrar em questões de precedência ou originalidade, me parece, no entanto, que seria possível dizer que Silviano conhece as idéias de Schwarz e lhe responde diretamente. Já na “Nota Prévia” ao livro, Silviano define o trabalho do crítico como “o de saber colocar as idéias no lugar. E estando elas no lugar, deve saber discuti-las, abrindo o leque de suas possibilidades para o leitor.”

Os argumentos contra a idéia de cópia, que hierarquiza e subordina a cultura periférica negando-lhe a possibilidade de originalidade, formam o centro do ensaio. Apoiado na etnologia e em Lévi-Strauss, o crítico vê no “imperialismo cultural” a responsabilidade pelo apagamento da origem e pela imposição da unidade como única medida, ou seja, o fatalismo, o silêncio e o sentimento de inferioridade, são resultados do “poder conquistador”. É desse lugar que Silviano lança a pergunta capital:

Se os etnólogos são responsáveis pela dissipação do véu do imperialismo cultural, qual seria o papel do intelectual hoje em face das relações entre duas nações que participam de uma mesma cultura, a ocidental, mas na situação em que uma mantém o poder econômico sobre a outra? (Santiago 2000: 17)

A resposta, a declaração de falência de um método, o do estudo de fontes e influências, novamente parece se dirigir a Schwarz e seu mestre:

Seja dito entre parênteses que o discurso crítico que acabamos de delinear em suas generalidades, não apresenta em essência diferença alguma do discurso neocolonialista: os dois falam de economias deficitárias.

Curiosa profissão essa cujo olhar se volta para o passado, em detrimento do presente, cujo crédito se recolhe pela descoberta de uma dívida contraída, de uma idéia roubada, de um imagem ou palavra pedidas de empréstimo. (Santiago 2000: 18)

O “novo discurso crítico” proposto abandona tal método para, apoiado na leitura de Barthes, Foucault e Derrida, estabelecer como único valor a diferença. O convite à praxis da distinção entre obras escrevíveis e legíveis, o compromisso com a tradição e a transgressão, levam Silviano Santiago a definir a situação e o papel do escritor latino-americano: “amor e respeito pelo já escrito e a necessidade de produzir o novo que o afronte e negue.” (Santiago 2000:23).

Silviano volta ao mesmo tema alguns anos depois, esmiuçando a questão em “Apesar de dependente, universal”. O imperialismo cultural agora é explicado como ficção imposta, tendo como metáfora o teatro:

Só que, aqui, a terra é palco e a luta é encenação, enquanto lá na Europa o problema é a realidade concreta do cuius regio, eius religio (cada país tem a sua própria religião).

(...) Duplamente despojado: a História européia é a estória do indígena. Resta-lhe memorizar e viver com entusiasmo uma “ficção” européia (portuguesa, em particular) que se transcorre num grande palco que é a sua própria terra. (Santiago 1982: 15)

Novamente destacando o descentramento provocado pela Antropologia, “criada pela consciência ferida européia”, o crítico reforça o entendimento da colonização como atividade docente, uniformizadora, que recalca hierarquicamente o outro. O “entre-lugar” é retomado para rechaçar as polarizações do populismo, do folclore e das explicações do materialismo histórico que busca “a integração total e definitiva ao processo de ocidentalização”, e para definir o papel do intelectual: “Na configuração ambivalente do seu ser cultural reside o drama ético do intelectual face a todas as minorias da América Latina.” (Santiago 1982: 18)

O objetivo declarado do ensaio é, mais uma vez, questionar as categorias de fonte e influência. Ao concordar com Antonio Candido que o comparatismo é a perspectiva correta para evitar o “ufanismo de pensamento puro e autóctone”, Silviano acrescenta um “mas”: defeitos de método que,

baseado em princípios etnocêntricos, insistem na dependência, na hierarquização e no rebaixamento. Os antídotos a esse pensamento estariam aqui mesmo, desde o modernismo: a antropofagia em Oswald, a traição da memória em Mário e o corte radical nos concretos. A defesa contra possíveis críticas à subversão dos critérios de atraso e originalidade vem logo em seguida:

Subversão esta que não é um jogo gratuito de cunho nacionalista estreito, tipo integralismo dos anos 30, mas compreensão de que, apesar de se produzir uma obra culturalmente dependente, pode-se dar o salto por cima das imitações e das sínteses enciclopédicas etnocêntricas e contribuir com algo original. (...) A universalidade ou é bem um jogo colonizador, em que se consegue pouco a pouco a uniformização ocidental do mundo, a sua totalização, através da imposição da história européia como História universal, ou bem é um jogo diferencial em que as culturas, mesmo as em situação econômica inferior, se exercitam dentro de um espaço maior, para que se acentuem os choques das ações de dominação e das reações de dominados. (Santiago 1982: 22).

Roberto Schwarz também não se satisfaz com o primeiro texto e volta à carga em “Nacional por subtração”. Da mesma forma que o de Silviano, o segundo ensaio expande e esmiuça seus princípios, ao mesmo tempo em que responde a “Apesar de dependente, universal”. A partir do desajuste entre realidade e idéias, do mal-estar tratado como fato, Schwarz alarga o caráter “postiço, inautêntico, imitado da vida cultural”, para compreendê-lo como dado formador, também, da nossa reflexão crítica. O resultado dessa experiência na crítica literária é a troca de uma teoria por outra “sem necessidade interna”, gosto pela novidade, cujo resultado trágico é o abandono da tradição:

Percepções e teses notáveis a respeito da cultura do país são decapitadas periodicamente, e por problemas a muito custo identificados e assumidos ficam sem o desdobramento que lhes poderia corresponder. O prejuízo acarretado se pode comprovar pela via contrária, lembrando a estatura isolada de uns poucos escritores como Machado de Assis, Mário de Andrade e, hoje, Antonio Candido, cuja qualidade se prende a este ponto. A nenhum deles faltou informação nem abertura para a atualidade. Entretanto, todos souberam retomar criticamente e em larga

escala o trabalho dos predecessores, não como peso morto, mas como elemento dinâmico e irresolvido, subjacente às contradições contemporâneas. (Schwarz 1987: 31)

Feita a introdução, Schwarz rebate a idéia de que se possa ser nacional por subtração, argumentando que, embora a idéia de pureza autóctone, de um nacionalismo livre da invasão imperialista tenha se mostrado ilusória, ela continha um “apoio intuitivo forte” e um “estado de espírito combativo”. O ponto de ruptura é 1964 e o divisor, a indústria cultural:

De 64 para cá a internacionalização do capital, a mercantilização das relações sociais e a presença da mídia avançaram tanto que estas questões perderam a verosimillhança. (...)

Ao nacionalista a padronização e a marca americana que acompanham os veículos de comunicação de massa apareciam como efeitos negativos da presença estrangeira. É claro que à geração seguinte, para quem o novo clima era natural, o nacionalismo é que teria de parecer esteticamente arcaico e provinciano. Pela primeira vez, que eu saiba, entra em circulação o sentimento de que a defesa das singularidades nacionais contra a uniformização imperialista é um tópico vazio. Sobre fundo de indústria cultural, o mal-estar na cultura brasileira desaparece, ao menos para quem queira se iludir. (Schwarz 1987: 32/ 33).

Roberto Schwarz passa então a mostrar como, apesar da ilusão e do conservadorismo da autenticidade buscada na subtração, a ruptura com a idéia de nacionalismo também termina por ser conservadora: “alinham-se com o poder como quem faz uma revolução.” Se a fórmula nacionalista era mistificada, o problema (imposição ideológica externa e expropriação cultural) era efetivo. Se os “modernistas da mídia” têm razão nas críticas ao nacionalismo, o mundo universalista que propõem não existe. Os mesmos argumentos servem ao ataque à filosofia francesa, a Silviano Santiago e a Haroldo de Campos. A crítica de “corte filosófico abstrato” perde, segundo Schwarz, o fundamento prático da situação, se tornando “impotente” diante dos “constrangimentos históricos” da “fatalidade da imitação cultural”:

Salta à vista o alívio proporcionado ao amor-próprio e também à inquietação do mundo subdesenvolvido, tributário, como diz o nome, dos países centrais. De atrasados passaríamos a adiantados, de desvio a paradigma, de inferiores a superiores (aquela mesma superioridade, aliás, que esta análise visa

suprimir), isto porque os países que vivem na humilhação da cópia explícita e inevitável estão mais preparados que a metrópole para abrir mão das ilusões da origem primeira (ainda que a lebre tenha sido levantada lá e não aqui). Sobretudo o problema da cultura reflexa deixaria de ser particularmente nosso, e, de certo ângulo, em lugar da almejada europeização ou americanização da América Latina, assistiríamos à latino-americanização das culturas centrais. Leiam-se, desse ponto de vista, “O entre-lugar do discurso latino-americano”, de Silviano Santiago (*Uma literatura nos trópicos*, São Paulo, Perspectiva, 1978), e “Da razão antropofágica: diálogo e diferença na cultura brasileira” (*Boletim Bibliográfico Biblioteca Mário de Andrade*, São Paulo, v.44, jan./ dez. 1983). (Schwarz 1987: 35/ 36).

Oswald de Andrade e antropofagia, o exemplo caro a Silviano e Haroldo, são examinados na mesma ótica: “uma interpretação triunfalista do nosso atraso”. A argumentação também é a mesma: o reconhecimento do dado positivo da viravolta valorativa, “cópia sim, mas regeneradora”, para, em seguida, apontar o negativo, “a parte de ingenuidade e também de ufanismo”. A crítica atinge com mais força a apropriação da antropofagia nos anos 60 e 70, leia-se aí o tropicalismo, ou, uma transposição de idéias para “contexto muito diverso”:

O que era liberdade em face do catolicismo, da burguesia e do deslumbramento diante da Europa é hoje, nos anos 80, um alibi desajeitado e rombudo para lidar acriticamente com as ambiguidades da cultura de massa, que pedem lucidez. Como não notar que o sujeito da Antropofagia – semelhante, neste ponto, ao nacionalismo – é o brasileiro em geral, sem especificação de classe? Ou que a analogia com o processo digestivo nada esclarece da política e estética do processo cultural contemporâneo? (Schwarz 1987: 38)

Roberto Schwarz segue então sua própria receita, a leitura da tradição, dedicando-se a Silvio Romero. Uma análise de texto atenta que busca desentranhar as “indicações mesmas do Autor que convidam a raciocinar em linha diferente da sua” e deslocar, da raça para a classe, a explicação da compulsão à cópia. O deslocamento também é temporal, a abertura dos portos não marca o nascimento da cópia, como quer Romero, mas é a partir daí que ela se torna problema: a independência dá visibilidade à discrepância entre persistência da estrutura colonial e formas modernas de civilização. A

“discrepância” não é produto da cópia, afirma em seguida Schwarz, não é disparate, nem desvio, é parte, a que nos coube, do processo capitalista.

Para afastar de vez as críticas sofridas pela idéias fora de lugar e deixar bem claro que a “denúncia do transplante cultural veio a ser o eixo de uma perspectiva crítica ingênua e difundida”, Roberto Schwarz conclui o seu ensaio listando os “inconvenientes” dessa vertente: a suposição de que a cópia seja evitável; a transformação de um mal-estar da classe dominante em feição nacional; a sugestão de que a elite possa resolver o problema; o ocultamento do essencial, a exclusão dos pobres da cultura contemporânea; a falácia de se pensar que é possível passar ao pólo oposto, o descentramento da idéia de original e cópia, ao contrário do compromisso da crítica dialética que busca “no anacronismo uma figura da atualidade”. Para finalizar, a afirmação: “A questão da cópia não é falsa, desde que tratada pragmaticamente, de um ponto de vista estético e político, e liberta da mitológica exigência da criação a partir do nada.” (Schwarz 1987: 48).

Depois de deixar Silviano e Roberto debaterem em longas citações e em resumos simplificados suas densas idéias, creio ser possível, antes de inserir Edward Said no debate, salientar não só a diferença que os dois críticos fazem questão de explicitar, mas também semelhanças nem sempre tão visíveis.

As idéias fora de lugar e a encenação de uma história que não é nossa parecem falar de uma mesma experiência, a sensação de inautenticidade e a conseqüente busca de identidade e valor em uma cultura periférica e dependente, por imposição de um sistema imperialista, de ordem econômica para um e de ordem cultural para outro, gerando, para Roberto, classes excluídas, e, para Silviano, minorias silenciadas. Ambos imaginam um antídoto, já que o incômodo é grande e incessante. Conseqüentes com suas explicações, o crítico dialético busca uma solução na denúncia formal da desigualdade real, o crítico pós-estruturalista, já que estamos colocando etiquetas, busca a solução na antropofagia cultural e na transgressão aos critérios de valor tradicionais.

Apesar de Silviano denunciar o pensamento de Roberto como eurocêntrico por perpetuar a condição de inferioridade e por buscar a integração ao processo de ocidentalização, e de Roberto, por sua vez, rejeitar a análise de Silviano como uma busca de alívio distante do problema real e efetivo, os dois se acusam mutuamente de nacionalismo, enquanto defendem o diálogo com a tradição. Um lê a tradição crítica brasileira não para repeti-la, mas para pensar a partir dela e também contra ela; outro lê a tradição metropolitana para buscar na local a sua traição.

Edward Wadi Said, da mesma geração que Roberto e Silviano, nasce na Palestina, mais precisamente em Jerusalém. Exilado na adolescência, parte

para cidade de Cairo no Egito, e depois para os Estados Unidos, onde chega no início dos anos 50. Aí desenvolve sua formação universitária, Princeton e Harvard, para, em 1963, assumir o posto de professor de literatura inglesa e literatura comparada na Columbia University, fixando residência em Nova York. Nessa cidade, cosmopolita por excelência, Said se sente à vontade, já que suas recordações de infância são de mistura: “Quando eu era jovem, viajávamos sem fronteiras entre o Egito, a Palestina, o Líbano. Havia comigo, na escola, italianos, judeus espanhóis ou egípcios, armênios. Isso era natural”. A experiência americana, por outro lado, também é extremamente negativa: “A vida de um palestino árabe no ocidente, em particular na América, é desencorajante. O racismo, o estereótipo cultural, o imperialismo político, a ideologia desumanizante que cerca o árabe ou o muçulmano é realmente muito sólida.” Duplicidade que determina um forte engajamento político e teórico.

Embora sejam distintas as condições em que Edward Said escreve, as idéias não me parecem distantes dos dois críticos brasileiros. Roberto Schwarz e Silviano Santiago são criados no interior do Brasil, um fechado para a realidade do país, outro com os olhos no mundo; os dois com a experiência da universidade metropolitana, em que um aprende o estudo da formação da nacionalidade e outro, o estudo das minorias; ambos com nostalgia das grandes bibliotecas centrais. Edward Said possui uma condição mais complicada, a de exilado, e mais vantajosa, a experiência dúplice, o oriental que ensina literatura metropolitana em uma universidade central da metrópole. Por outro lado, se Said olha o problema a partir de uma civilização distinta, a oriental, transformada pela metrópole européia em seu outro, o Brasil, ao ser produto e parte integrante da civilização ocidental, passa pelo mesmo processo de, digamos assim, orientalização, ou seja, é transformado, da mesma maneira, no outro da civilização ocidental.

Em *Orientalism*, escrito e publicado na década de 70, Edward Said demonstra a tese pela qual se torna conhecido. (Said 1979). Com base em uma admirável erudição, o crítico persegue a criação e a transmissão de tradições intelectuais, para mostrar como um campo de estudos acadêmico, o orientalismo, as instituições que o regem e os textos que tomam a civilização oriental como tema ou contexto, constroem uma determinada representação do Oriente, como o outro, obviamente inferior, do Ocidente.

Em ensaios reunidos em livros posteriores, *The world, the text and the critic* (1983), *Culture and Imperialism* (1993) e *Reflections on exile* (2000), Said, preocupado com a crítica de sua própria reflexão, nunca estagnada ou dogmática, reconsidera certas questões, expande outras, se detém nos pressupostos teóricos e desenvolve análise de textos em torno de seu interesse que, esse sim, permanece sempre o mesmo: o compromisso ético e intelectual

com o outro do ocidente metropolitano, inferiorizado, silenciado e expropriado pelos interesses coloniais. Sempre atento à possibilidade da crítica de oposição, ou de esquerda, se tornar conservadora, confirmando a estrutura social e política que a produz, Said defende uma leitura que recrie os laços entre literatura e mundo, que retire o texto de seu isolamento formal e retórico, e que, partindo de pesquisa histórica, compreenda o peso da autoridade e do poder na cultura. Ao mesmo tempo, Said trabalha para desmanchar a idéia de originalidade a partir da diferença produzida na repetição, e aposta, reconsiderando alguns pontos estabelecidos anteriormente, nas teorias em trânsito (*travelling theory*), e na modernidade como crise, não como ideal. Para sustentar tal posição, Said e sua imensa biblioteca privilegiam teóricos distintos, desde os estimadíssimos Giambattista Vico e Antonio Gramsci, até Foucault, Derrida, Adorno, Lukács, Raymond Williams e muitos outros, que são, ao mesmo tempo, amados e criticados.

Cultura e Imperialismo talvez seja o trabalho de Said que mais interesse a minha tentativa de leitura contrapontual, por analisar de perto questões já examinadas em Roberto e Silviano, a reflexão acerca do impasse teórico, metodológico e político que a resistência ao imperialismo apresenta ao intelectual. A partir de uma noção de tempo e espaço, de “territórios sobrepostos e histórias entrelaçadas”, Said começa por definir o que entende por imperialismo,

A invocação do passado constitui uma das estratégias mais comuns nas interpretações do presente. O que inspira tais apelos não é apenas a divergência quanto ao que ocorreu no passado e o que teria sido esse passado, mas também a incerteza se o passado é de fato passado, morto e enterrado, ou se persiste, mesmo que talvez sob outras formas. Esse problema alimenta discussões de toda espécie – acerca de influências, responsabilidades e julgamentos, sobre realidades presentes e prioridades futuras. (Said 1995: 33)

Assim, se o imperialismo designa atitudes dominantes de um centro sobre territórios distantes e se o colonialismo, por sua vez, nomeia a ocupação desses territórios, Said lê na contemporaneidade a sobrevivência do primeiro e o encerramento do segundo. O importante, então, para o crítico é entender a influência desse passado que não passou sobre as “atitudes culturais do presente” e, ao perceber que a divisão e hierarquização entre colonizado e colonizador ressurgem na atual relação entre Norte e Sul, buscar uma reflexão sobre o imperialismo que fuja à lógica imperial: “Haverá maneiras de conceber a experiência imperial sem recorrer a termos compartimentalizados, de forma

a transformar nossa compreensão tanto do passado quanto do presente e nossa atitude em relação ao futuro?” A proposta é complexa e audaciosa, trata-se de “formular uma alternativa para a política da culpa”, denúncias e lamentações, através de uma “literatura comparativa do imperialismo”, um comparatismo contrapontual, que dá visibilidade às questões de poder e dominação na relação entre imperialismo e cultura, que ressalta a importância dos estudos culturais e subalternistas, e, ao mesmo tempo, está alerta para o perigo do conservadorismo e da essencialização das identidades nacionais.

Se desde o princípio reconhecemos as histórias profundamente complexas e entrelaçadas das experiências específicas, mas mesmo assim interligadas e sobrepostas – das mulheres, dos ocidentais, dos negros, dos Estados e culturas nacionais –, não há nenhuma razão intelectual particular para conceder um estatuto ideal e essencialmente separado a cada uma delas. Mas seria desejável preservar o que há de único em cada qual, enquanto preservarmos também algum sentido da comunidade humana e as disputas efetivas que contribuem para sua formação, e da qual todas participam. (Said 1995: 65)

Como então trabalhar com a literatura comparada, disciplina forjada no bojo do imperialismo e do nacionalismo? Para responder a tal pergunta e apresentar a alternativa que considera viável, Said desenvolve um longo e preciso raciocínio. De uma forma breve e simplificada, a argumentação parte da constituição da disciplina para demonstrar o eurocentrismo do suposto universalismo em um “campo organizado epistemologicamente como uma espécie de hierarquia”, que termina por impor uma “idéia de história e por obscurecer a realidade geográfica e política que confere poder a tal concepção.” Assim, é na convergência entre história, literatura e geografia que Said encontra o “contexto global contemporâneo” prefigurado, e é a partir dessa percepção que busca a elaboração de possíveis alternativas. O reconhecimento da filiação imperialistada literatura comparada, da análise cultural e da antropologia permite questionar “a soberania e a autoridade do observador ocidental”.

Por causa disso, e por causa da situação a que isso levou, agora se torna possível reinterpretar o arquivo cultural ocidental como se fosse geograficamente fraturado pela divisão imperial ativada, e proceder a um tipo diferente de leitura e interpretação. (Said 1995: 86)

Tal reconhecimento leva a uma subversão dos valores mais profunda, em que a filiação com o imperialismo encobre não só o silêncio imposto à periferia, como a proteção adquirida pelo isolamento metropolitano. A tarefa assim delineada é a de “retirar formas culturais ocidentais de sua proteção”, jogá-las na confusão que criaram e que evitaram, “colocá-las no meio do dinâmico global criado pelo próprio imperialismo”, ainda vivo. A aparente atitude revanchista de inversão revela profundo compromisso ético e extrema lucidez crítica, um trabalho em direção da simultaneidade das histórias e contra a totalidade de sistemas. Ao mesmo tempo, se “nenhum princípio teórico geral governa o conjunto imperialista”, o princípio de dominação e resistência, que percorre desmontes locais do modelo central, gera pesquisas e conhecimentos particulares.

Said chama atenção para o perigo. O movimento de inversão, releitura e reinterpretação, não deve ser “cooptado pelos nacionalismos e despotismos ressurgentes”. Para escapar da armadilha, o crítico propõe o que poderíamos chamar de identidade relacional, contrapontos e não essências, sobreposições divergentes, que evidencia que um não existe sem o outro. A consciência vigilante de Said, que nesse momento passa a falar na primeira pessoa do plural explicitando sua própria simultaneidade, se volta para a responsabilidade da academia americana, afirmando que não existe a possibilidade de um “fora”, de uma não implicação, sendo necessário partir da admissão do “próprio enclausuramento imperial”.

Sem reduzir ou nivelar diferenças, procurando salientar interdependências, Said propõe que, ao contrário da reação conservadora de restauração, o cânone seja lido junto com o imperialismo, como acompanhamento da expansão européia, uma relação que deve ser formulada tendo o presente como guia. A leitura da interdependência, a definição de uma identidade relacional e a localização simultânea são apresentadas como alternativas de resistência e desmonte do imperialismo, do qual, ao mesmo tempo, não se escapa: “Essa é a tragédia parcial da resistência: ela precisa trabalhar a um certo grau para recuperar formas já estabelecidas ou pelo menos influenciadas ou permeadas pela cultura do império.” Uma leitura alternativa que pretende resistir não só ao imperialismo, mas também ao nativismo. Reconhecendo a importância do nacionalismo nos movimentos de libertação e independência, Said alerta que “aceitar o nativismo é aceitar as consequências do imperialismo, as divisões raciais, religiosas e políticas impostas pelo próprio imperialismo”. Para evitar a armadilha da essencialização das identidades, a saída é “unir experiência e cultura”, ler em contraponto, reconhecer a teoria numa “visão criativa e até utópica”, investir em uma “energia nômade, migratória, antinarrativa”.

O passado vivo do imperialismo assume novas feições no “século americano”, em que Said percebe outras formas de domínio cultural: “no século americano a diferença está no salto quantitativo ocorrido no alcance da autoridade cultural, em larga medida graças ao inusitado crescimento no aparato de difusão e controle das informações.” O crítico sempre vigilante lembra que a questão extrapola a dicotomia interno/ externo: “a expansão desenfreada de várias formas de controle cultural originadas nos EUA criou um novo mecanismo de incorporação e dependência cujo objetivo é subordinar e se impor não só a um público interno, mas também a culturas menores e mais fracas.”

Enfim, o que é esse oriente que parece abranger latino-americanismo e orientalismo sob a mesma experiência? Roberto Schwarz parte da sensação de inautenticidade, desacordo entre representação e contexto, como resultado da imposição do capitalismo imperialista, para postular uma literatura que denuncie o desajuste real na forma. Silviano Santiago parte da mesma experiência, encenação local de luta concreta européia, como resultado da imposição cultural da pedagogia uniformizadora e hierarquizante do imperialismo, para postular uma literatura que responda a essa experiência na própria repetição, transgressiva e diferida. Edward Said parece falar de um outro lugar, ou, de um lugar dúplice, com um pé no produto inferiorizado e outro no produtor da inferioridade, a partir do qual postula tanto o compromisso entre texto e mundo, como o valor da diferença.

Na busca desse oriente, os críticos encontram algo que parece levá-los em direção à constatação da impossibilidade de pureza: todos rejeitam o conservadorismo nacionalista e qualquer possibilidade de autenticidade, seja denunciando a ilusão do nacional por subtração, defendendo a universalidade, apesar da dependência, ou, afirmando a sobreposição e o entrelaçamento. Embora Schwarz e Said reconheçam explicitamente a importância combativa do nacionalismo em um determinado momento, o pensamento de Schwarz escorrega, e, apesar da consciência da ilusão nacionalista, termina por defender a originalidade contra a “inautenticidade”, o uso do “já-pronto”, diminuindo por essa razão os romances iniciais de Machado.

O problema diante do qual se debruçam os críticos é como ler o passado ainda vivo, ou como interpretar a herança. Em linhas gerais, todos acusam o esquecimento do passado e defendem a leitura da tradição, mas a partir de pressupostos distintos. Roberto Schwarz coloca como resultado prejudicial desse esquecimento o gosto pela novidade metropolitana, que descarta o local e não lhe dá continuidade. A saída da fatalidade periférica não seria a crítica ao conceito de original, mas a denúncia na forma literária da inserção econômica desigual no sistema capitalista, da qual a cópia pela classe dominante é realidade concreta. Said e Silviano também enxergam o

esquecimento do passado como resultado prejudicial, com a diferença de que a tradição é, simultaneamente, presente e passado, oriental e, ao mesmo tempo, ocidental. Diante desse objeto dúplice, a estratégia também é dúplice: coloca a perspectiva comparativa como única alternativa e, ao mesmo tempo, parte para o desmonte dos princípios eurocêntricos que sustentam tal comparação. Silviano Santiago aposta na leitura da tradição universal pelo local como jogo diferencial que acentua o choque, simultaneamente com respeito e negação. Edward Said, sabendo ser impossível descartar as formas imperiais, pretende ler na cultura as sobreposições divergentes.

Pressupostos teóricos determinam leituras distintas do passado e do presente. Enquanto Roberto Schwarz faz uma leitura sociológica e econômica, extremamente lúcida, do presente, descartando a desconstrução da modernidade eurocêntrica e da imposição de seus valores hierarquizantes como abstração filosófica, já que eles continuam em exercício como parte do capitalismo global, mantendo-se, conseqüentemente, fiel à categoria de classe social, Silviano e Said trabalham em outra direção, fazendo uma leitura desconstrutiva das relações de poder que atravessam a cultura. Silviano busca a universalidade que Schwarz diz ser inexistente, não no jogo unificador do colonizador do qual afirma que Schwarz faz parte, mas no jogo diferencial, que acentua o choque da “configuração ambivalente do ser cultural”. Said também rejeita a uniformização e propõe a reinterpretação do arquivo cultural como objeto fraturado e cindido pelo imperialismo, unindo experiência e cultura.

Leituras do passado que revelam um compromisso político com o presente e que me obrigam a lê-las a partir de hoje. Diante da violência da globalização, ou “mundialatinização” nas palavras de Derrida, do desabamento nacional, da constituição de um império, como dizem Negri e Hardt, que não estabelece centro de poder e lida com identidades híbridas, hierarquias flexíveis e trocas plurais, como não reproduzir o discurso imperial ao trabalhar com categorias como pluralismo, hibridismo e desierarquização? Como lutar contra os efeitos nefastos da globalização sem ser nacionalista?

A alternativa se abre a partir da fratura e da cisão. Configuração ambivalente e sobreposição divergente que não se esgotam na determinação econômica, e que devem ser buscadas também nas relações de poder e de autoridade que permeiam a cultura. Leituras que não encontram síntese e que resistem ao sistema e à apropriação. Uma dupla articulação simultânea e ambivalente, afirmativa e negativa, que Alberto Moreiras chama de hibridismo selvagem: uma prática teórica entendida como “resistência a qualquer processo de mercadorização ou reificação de formas, sejam elas estéticas, de valoração ou conceituais”, uma possibilidade crítica que envolve obrigatoriamente uma indecidibilidade, já que o “contrário disso é utilizar, de

modo mecânico, um programa de codificação e recodificação de valores, na verdade, um serviço de manutenção.” A identidade construída dentro das estruturas de poder deve ser entendida, portanto, como o “local da identidade negada e de negação das posições de identidade.” (Moreiras 2001).

O compromisso político do que poderíamos chamar de pós-orientalismo não promete, portanto, estabilização, mas nos coloca frente a decisões difíceis, que resistam a eleições simplistas entre dois e que atuem simultaneamente em duas frentes, na imposição econômica de Schwarz e na imposição cultural de Silviano, centradas nas relações de poder e autoridade, eternamente vigilante como Said. Na questão nacional ou oriental que perseguimos todo esse tempo, tal atitude implica questionar e consolidar, simultaneamente: “creio que há de se lutar ao mesmo tempo contra a ‘desaparição do Estado’ (pois o Estado pode ainda limitar, às vezes, forças de apropriação privadas, concentrações de poderes econômicos, pode frear uma violenta despolitização que se estabeleceria em nome do ‘mercado’), e, no entanto, opor-se ao Estado ali onde adere com demasiada frequência ao nacionalismo do Estado-nação ou à representação de hegemonias socio-econômicas.” (Derrida 1999). Um presente que não oferece descanso de modelos ou categorias estabelecidas a priori, mas que nos coloca diante da responsabilidade do indecível e do ambivalente como decisão política frente ao outro.

Referências Bibliográficas:

DERRIDA, Jacques. *Espectros de Marx: o estado da dívida, o trabalho do luto e a nova Internacional*. (Trad. Anamaria Skinner). Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

_____. *No escribo sin luz artificial* (entrevista concedida a Thomas Assheuer). Valladolid: Cuatro Ediciones, 1999.

_____. Fé e saber: as duas fontes da “religião” nos limites da simples razão. DERRIDA, J. e VATTIMO, G.(Orgs.). *A religião*. São Paulo: Estação Liberdade, 2000.

HARDT, M. e NEGRI, A. *Empire*. Cambridge: Harvard University Press, 2000.

MOREIRAS, Alberto. *A exaustão da diferença: a política dos estudos culturais latino-americanos* (Trad. Eliana de Lima Reis e Gláucia Gonçalves). Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2001.

SAID, Edward W. L’outsider. Disponível na internet: www.peripheries.net/g-said.htm.

_____. *Orientalism*. (2 ed) New York: Vintage Books, 1979.

- _____. *The work, the text and the critic*. Cambridge: Harvard U P, 1983.
- _____. *Cultura e Imperialismo*. (Trad. Denise Bottman). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- _____. *Reflexões sobre o exílio*. (Trad. Pedro Maia Gomes). São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- SANTIAGO, Silviano. Entrevista. WOLF, Jorge H. *Telquelismos latino-americanos: a teoria francesa no entre-lugar dos trópicos*. Tese de doutorado. UFSC, março de 2002.
- _____. O entre-lugar do discurso latino-americano. *Uma literatura nos trópicos: ensaios sobre dependência cultural* (2 ed.). Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- _____. Apesar de dependente, universal. *Vale quanto pesa: ensaios sobre questões político-culturais*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- SCHWARZ, Roberto. Duas meninas na periferia do capitalismo. (entrevista concedida a Fernando de Barros e Silva). Caderno “Mais!. *Folha de S. Paulo*. 01/ junho/ 1997.
- _____. Nacional por subtração. *Que horas são? ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- _____. As idéias fora de lugar. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1977.